



# MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

Avenida Juvenal Silva Braga, 400 CEP – 87545-000 – Fone/Fax 0 XX 44 640-1181

E-mail: [esperancanovap@uol.com.br](mailto:esperancanovap@uol.com.br)

CGC - 01.612.269/0001-91

0

## LEI Nº 071/98

**SÚMULA:** Cria o Conselho Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social e da outras Providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu Prefeito Municipal Sanciono a seguinte:

### LEI

#### CAPÍTULO I

#### DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

**Art. 1º** - A Assistência Social, direito do cidadão de dever do Estado e Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizadas através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas.

**Art. 2º** - São consideradas instituições Municipais de Assistência Social, aquelas cadastradas nos Conselhos de Assistência Social que prestam, sem fins lucrativos, atendimento, assessoramento e defesa dos direitos dos beneficiários da Assistência Social, tendo por atividades principal uma ou mais das seguintes ações:

- A proteção à família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;
- O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- A Assistência Social realiza-se fé forma integrada as políticas setoriais, visando a promoção e a execução de projetos de enfrentamento a pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

**Art. 3º** As instituições de Assistência Social, é facultado o reconhecimento de caráter de utilidade pública, através de processo legislativo próprio, conforme o disposto na legislação municipal.

**Art. 4º** Para efeitos desta Lei consideram-se:

- a) organizações de usuários aquelas que congregam, representam e defendem os interesses dos seguimentos previsto nas LOAS, sendo usuários da Assistência Social a criança, o adolescente, o idoso, a família e a pessoa portadora de deficiência;
- b) entidades prestadoras de serviços e organizações de Assistência Social que prestam, sem fins lucrativos, atendimento, assistência específica ou assessoramento aos beneficiarias abrangidos por esta Lei;

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
**A TRIBUNA DO POVO**  
Em 30 de 12 de 1998.  
Página 17 de 17



- c) trabalhadores do setor compreendidos pelo grupo de trabalhadores, ao nível primário, secundário ou universitário, que estejam constituídos legalmente em associações, conselhos de classes ou sindicatos e que atuem diretamente em entidades de atendimento ou defesa dos direitos dos usuários de Assistência Social.

## CAPÍTULO II

### DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE AASISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 5º** - Fica instituída a Conferência Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados representantes das instituições assistenciais, das organizações comunitárias, sindicais e profissionais do Município de Esperança Nova e dos Poderes Executivo e Legislativo do município, que se reunirá a cada 02 (dois) anos, sob a coordenação do Conselho Municipal de Assistência Social, mediante regimento interno próprio.

**Art. 6º** - A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, no período de até 90 (noventa) dias anteriores à data, para eleição do Conselho.

Parágrafo Único – Em caso de não convocação, por parte do Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo referido no caput. deste artigo, a iniciativa poderá ser realizada por 1/3 (um terço) das instituições registradas no Conselho Municipal de Assistência Social, que formarão comissão paritária para organização e coordenação da Conferência.

**Art. 7º** - Os Delegados da Conferência Municipal de Assistência Social serão eleitos, mediante reuniões próprias das instituições, convocadas para este fim específico, sob a orientação do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, no período de 60 (sessenta) dias anteriores a data de realização da Conferência, sendo garantida a participação de 01 (um) representante/delegado de cada instituição/organização, com direito a voz e voto.

**Art. 8º** - Os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo na Conferência Municipal de Assistência Social, em número de 02 (dois), serão indicados pelos chefes dos respectivos Poderes, mediante ofício enviado ao Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, no prazo de até 10 (dez) dias anteriores a realização da Conferência.

**Art. 9º** - Compete a Conferência Municipal de Assistência Social:

- a) Avaliar a situação da Assistência Social;
- b) Fixar as diretrizes gerais da política Municipal de Assistência Social no biênio subsequente ao de sua realização;
- c) Eleger os representantes efetivos e suplentes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, sob voto direto, secreto pela maioria simples, mais 01(um);
- d) Avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, quando provocada;



# MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

Avenida Juvenal Silva Braga, 400 CEP – 87545-000 – Fone/Fax 0 XX 44 640-1181

E-mail: [esperancanova@uol.com.br](mailto:esperancanova@uol.com.br)

CGC - 01.612.269/0001-91

- e) Aprovar seu Regimento Interno;
- f) Aprovar e dar publicidade a suas resoluções, registradas em documento final.

## CAPÍTULO III

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### SEÇÃO I

#### DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO

**Art. 10** – Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, órgãos colegiados de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculado a estrutura do órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela Coordenação da Política Municipal de Assistência Social.

**Art. 11** – O Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S será composto por 04 (quatro) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 02(dois) anos, permitida uma única recondução, sendo:

I – 02 (dois) representantes do Poder Público (governamentais), sendo:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

II – 02 (dois) representante da sociedade civil (não-governamentais), sendo:

- a) 01 (um) representante da Associação de Moradores;
- b) 01 (um) representante da Igreja Católica do Município;

Parágrafo único: O titular do Órgão Público Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, na qualidade de representante do Executivo Municipal, será membro nato do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S.

**Art. 12** – Para nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, o Prefeito Municipal observará os seguintes procedimentos:

- I. Os dois representantes da sociedade civil e respectivo suplentes serão eleitos por ocasião das Conferências Municipais de Assistência Social, dentre os delegados participantes;
- II. Os representantes do Poder Executivo serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre os titulares ou servidores das Secretarias Municipais, respeitadas as disposições contidas no parágrafo único, do artigo 11 desta Lei.



## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA

**Art. 13** – Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I. Estabelecer as prioridades da Política Municipal de Assistência Social e aprovar o Plano Municipal Anual de Assistência Social, de acordo com as diretrizes gerais aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social;
- II. Atuar na formulação de estratégia e controle da execução da política de assistência do município;
- III. Inscrever e fiscalizar as instituições de Assistência Social atuantes no município;
- IV. Normatizar as ações e regular a prestação de Serviço de natureza pública e privada no campo da Assistência Social;
- V. Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência prestados a população pelos órgãos, entidades governamentais e não-governamentais do município;
- VI. Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social públicos e privados no âmbito municipal;
- VII. Apreciar e emitir parecer acerca da proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social;
- VIII. Estabelecer diretrizes a aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos seus recursos;
- IX. Convocar e coordenar, a cada 02 (dois) anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social;
- X. Propor a reformulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de Assistência Social;
- XI. Propor critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as instituições assistenciais privadas que prestem serviços de Assistência Social no âmbito municipal;
- XII. Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos destinados a programas de Assistência Social, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
- XIII. Acompanhar as condições de acesso da população usuária da Assistência Social, indicando as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;
- XIV. Elaborar e aprovar o Regimento Interno;
- XV. Publicar no órgão oficial de divulgação do Município suas resoluções administrativas, bem como as contas do Fundo Municipal de Assistência Social e os respectivos pareceres emitidos;
- XVI. Aprovar critérios de concessão e valor benefícios eventuais.



### SEÇÃO III

#### DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

**Art. 14** – O Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S possirá a seguinte estrutura:

- I. Secretariado Executivo, composto por presidente, Vice – Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário;
- II. Comissões, constituídas por resoluções do Plenário;
- III. Plenário.

**Art. 15** – O Conselho Municipal de Assistência Social será presidido por um dos conselheiros, escolhido pelo processo eleitoral de (metade mais um) dos votos dos conselheiros presentes em reunião convocada especificamente para este fim.

**Parágrafo Único** – Os demais componentes da Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S serão escolhidos na mesma oportunidade por maioria simples dos votos dos conselheiros presentes.

**Art. 16** - As reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S somente poderão ser realizadas com a presença mínima de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) dos seus membros, em primeira convocação, ou com número a ser definido em seu Regimento Interno, em segunda convocação.

**Art. 17** - O Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S instituirá seus atos, através de resoluções aprovadas pela maioria de sus membros.

**Art. 18** – Cada membro do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S terá direito a um único voto na sessão plenária.

**Art. 19** – Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

**Parágrafo Único** – As resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objetos de ampla e sistemática divulgação.

**Art. 20** – O Conselho Municipal de Assistência – C.M.A.S reunir-se-á ordinariamente sempre que convocado por seu Secretariado Executivo ou por maioria de seus membros.

**Art. 21** – o regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social C.M.A.S fixará os prazos legais de convocação e fixação de pauta das sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário, além dos demais dispositivos referente às atribuições do Secretariado executivo, das Comissões e do Plenário de cada um de seus membros.



# MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

Avenida Juvenal Silva Braga, 400 CEP – 87545-000 – Fone/Fax 0 XX 44 640-1181

E-mail: [esperancaouva@uol.com.br](mailto:esperancaouva@uol.com.br)

CGC - 01.612.269/0001-91

**Art. 22** – O Executivo Municipal prestará o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S.

**Art. 23** – Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S poderá recorrer a pessoas e instituições, mediante os seguintes critérios:

- I. Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S as instituições formadas de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social, sem embargo de sua condição de membro;
- II. Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S em assuntos específicos.

## SEÇÃO IV

### DO MANDATO DO CONSELHEIRO

**Art. 24** – Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conforme critérios instituídos nos artigos 10 e 11 desta Lei, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

**Art. 25** – O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

**Art. 26** – Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculadas, apresentadas ao Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

**Parágrafo Único** – Os membros representantes do poder Executivo Municipal são demissíveis “ad nutum”, por ato do Prefeito Municipal.

**Art. 27** – Perderá o mandato, o Conselheiro que:

- I. Desvincular-se do órgão de origem da sua representação;
- II. Faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas, sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;
- III. Apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretária do Conselho;
- IV. Apresentar procedimento incompatível com dignidade das funções;



- V. For condenado por sentença irrecorrível, por crime doloso;
- VI. Residir fora do Município.

**Parágrafo Único** – A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal, do Ministério Público ou qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

**Art. 28** – Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros efetivos do Conselho Municipal de Assistência Social serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

**Art. 29** – As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicada a partir da segunda falta consecutiva, ou quarta intercalada, através de correspondência do Secretariado Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 30** – Perderá o mandato, a instituições que:

- I. Extinguir sua base territorial de atuação no Município de Esperança Nova;
- II. Tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal;
- III. Sofrer penalidade administrativa grave.

**Parágrafo Único** – a substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal, do Ministério Público ou qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

#### CAPÍTULO IV

##### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 31** – Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social, de duração indeterminada e natureza contábil, que será gerido sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, e permanecerá vinculado ao órgão de Administração Pública responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência.

**Art. 32** – As receitas componentes do Fundo Municipal de Assistência Social serão Provenientes de:

- I. Repasse dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social serão provenientes de;
- II. Transferência do Município;
- III. Receitas resultantes de doação da iniciativa privada, pessoa física ou jurídica;



## MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

Avenida Juvenal Silva Braga, 400 CEP – 87545-000 – Fone/Fax 0 XX 44 640-1181

E-mail: [esperancanova@uol.com.br](mailto:esperancanova@uol.com.br)

CGC - 01.612.269/0001-91

- IV. Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V. Transferência do Exterior;
- VI. Dotações Orçamentárias da União e dos Estados consignados especificamente para o atendimento ao disposto nesta Lei;
- VII. Receitas de acordos e convênios;
- VIII. Outras receitas destinadas a Assistência Social.

**Parágrafo Único** – Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação – F.M.A.S – Fundo Municipal de Assistência Social.

**Art. 33** – Os resultados do Fundo Municipal de Assistência Social – F.M.A.S, serão aplicados em:

- I. Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvido pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;
- II. Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de Assistência Social;
- III. Aquisição de material permanente e de consumo e outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas de Assistência Social;
- IV. Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;
- V. Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento administração e controle das ações de Assistência Social;
- VI. Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de Assistência Social;
- VII. Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

**Art. 34** – Os recursos do F.M.A.S serão utilizados mediante orçamento anualmente proposto pelo Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S, submetido à apreciação e aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal, para integrar o Orçamento Geral do Município, de acordo com a constituição Federal.

**Art. 35** – O Chefe do Poder Executivo, mediante decreto estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e operacionalização do F.M.A.S, ouvido o Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 36** – Para entender ao disposto nesta Lei, fica o poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**Art. 37** – Como recurso para abertura do crédito previsto nesta Lei, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.





**Art. 38** – A classificação da despesa será feita no ato que abrir o Crédito aludido nesta Lei, na forma do artigo 46, da Lei Federal nº 4.320/64.

#### **CAPÍTULO V** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 39** – Para a realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social, será instituída pelo Poder Executivo Municipal, comissão paritária responsável pela sua convocação e organização, mediante do Regimento Interno.

**Art. 40** – O Executivo Municipal dará posse ao 1º Conselho Municipal de Assistência Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social.

**Art. 41** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, Aos 12 de Novembro de 1.998.

**TACISO SALES MEDEIROS MAIA**  
PREFEITO MUNICIPAL